

CONSCIÊNCIA NEGRA

»Entrevista | FÁBIO ESTEVES | JUIZ DO TJDF

Ao *CB.Poder*, o magistrado comentou sua indicação para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e lembrou que nenhuma grande corporação aposta em trabalhos com times homogêneos



Aponte a câmera do celular para assistir a entrevista completa

“Grupos plurais tomam as melhores decisões”

» ANA MARIA CAMPOS
» MARIANA NIEDERAUER

Com 18 anos de magistratura, o juiz Fábio Esteves assume, em fevereiro, uma nova missão: tomará posse como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por indicação do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado foi presidente da Associação dos Magistrados do DF (Amagis), é professor da Escola Nacional da Magistratura Nacional e do IDP. Durante cinco anos e meio, atuou como juiz instrutor no gabinete do ministro Edson Fachin, no STF. No CNJ, quer deixar a marca da educação, que considera

fundamental em todos os aspectos, inclusive como forma de promover justiça. Fábio Esteves também chega ao Conselho para tornar o plenário mais plural, sendo um dos raros negros que alcançaram tal posição: em 20 anos, o CNJ teve cerca de 300 conselheiros e pouco menos de 10 negros. Esse, aliás, é o tema de seu novo livro, *Hermenêutica Cosmopolita*, fruto de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Em entrevista ao *CB.Poder*, ele explica que o trabalho se baseia em benefícios de colegiados plurais, com diversidade, para que as decisões sejam tomadas com o olhar para os diferentes contextos sociais.

Ed Alves/CB



Marcha por reparação

» MILA FERREIRA

Mulheres de todo o Brasil se reunirão em Brasília na próxima terça-feira para a 2ª Marcha das Mulheres Negras do Brasil, que terá como tema a reparação e o bem-viver. A concentração será a partir das 8h30 no Museu da República e a marcha seguirá pela Esplanada dos Ministérios, passando pela Praça dos Três Poderes, retornando para o encerramento, que também acontecerá no museu. São esperadas cerca de 300 mil mulheres de todo o Brasil.

Além da marcha, entre quinta-feira desta semana e quarta-feira que vem, será realizada uma série de outros encontros e eventos em alusão à causa. A programação completa será divulgada hoje no site e nas redes sociais da marcha.

"A ideia é que nessa semana a gente traga para Brasília uma energia voltada para agenda de luta das mulheres negras", afirma a representante do comitê nacional da Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem-Viver, Naiara Leite.

Em paralelo à realização da marcha, na próxima terça-feira, haverá uma sessão solene na Câmara dos Deputados com a presença de pelo menos 400 mulheres negras, entre elas parlamentares e ministras. "Na ocasião, será apresentado um documento com reivindicações onde serão apontados também projetos de lei necessários e urgentes para a nossa causa. É uma agenda de luta em diferentes áreas", explica Naiara. A programação da terça-feira contará ainda com shows de artistas negros como Larissa Luz, Prethais, Ebony, o Kanalha, entre outras atrações.

A primeira edição da marcha foi realizada em 2015 e contou com a presença de cerca de 150 mil mulheres. "Vamos fazer um balanço dos nossos avanços e reivindicações nesse período", destaca a representante do comitê, Naiara Leite.

O que o senhor espera, nesses dois anos de mandato no CNJ, deixar de legado?

Eu penso que uma marca é levar as experiências que eu tive durante esses quase 19 anos de magistratura, experiências muito voltadas para a relação Justiça e educação. Das outras vezes em que eu estive aqui, sempre tratamos esse tema transversalizando a minha atuação, seja a educação infantil, seja a educação fundamental, ensino médio, eu penso que o conselheiro, hoje, como um órgão que produz políticas públicas para fazer o Judiciário funcionar de uma forma muito efetiva, tem uma vocação muito especial que é a educação e a Justiça. Então, creio que, na minha atuação, esses serão temas cruciais para a gente compreender que os direitos não se fazem apenas nas pontas de canetas, sentenciando processos, mas se faz, sim, num processo educacional, nas maneiras mais diversas de solucionar conflitos.

O senhor é um dos poucos conselheiros negros, hoje,

no CNJ. Isso também tem um peso simbólico?

De fato, o CNJ tem 20 anos. Por lá, já passaram quase três centenas de conselheiros e seremos, agora, eu e a desembargadora Jaceguara (Dantas), somando menos que 10 negros. É para além da representação, para além da questão simbólica, a gente sabe que a pluralidade dos times, dos colegiados, tem uma questão técnica, que significa uma transformação, uma melhoria na tomada de decisão. Nenhuma grande corporação, hoje, aposta em trabalhar com times homogêneos. Ninguém investe recursos em empreendimentos que não tenham diversidade, pluralidade. E a gente sabe que isso tem uma série de retornos de ordem econômica. E o Judiciário, evidentemente, que produz decisões para uma população extremamente plural, se quer ter uma tomada de decisão que represente, não só simbolicamente, mas politicamente essas pessoas, essas demandas, ele, do seu ponto de vista técnico, também tem que pensar na pluralidade dos seus times tomadores de decisão.

É papel também do CNJ acompanhar a execução das penas, a qualidade do cumprimento e também a ressocialização. Como vê essa atuação?

O Conselho passou a ter uma missão especial com relação ao sistema prisional depois que o Supremo Tribunal Federal julgou a ADPF 347 e reconheceu que existe ali um estado de coisas inconstitucionais com relação ao sistema prisional. Ou seja, nós estamos investindo muito e estamos colhendo poucos frutos, poucos resultados positivos. E, além de tudo isso, nós temos uma sistemática violação de direitos, conforme reconheceu a Suprema Corte Interamericana. E aí o Conselho Nacional de Justiça desenvolveu o programa Pena Justa, que é uma política pública Judiciária, evidentemente discutida com vários setores do poder público e, também, da sociedade, para racionalizar o cumprimento das penas. Ele procura racionalizar o investimento do Estado no sistema prisional, para gerar soluções adequadas e efetivas.

Além de juiz e agora conselheiro no CNJ, o senhor dá aulas e é escritor. Um dos seus livros, que fez muito sucesso, voltado para o público infantil, conta sua trajetória de menino que cresceu no interior de Mato Grosso do Sul. Qual a principal mensagem que esse livro passa?

Fabinho da Roça aos Tribunais deixa a mensagem da importância da educação. Não tem como a minha história não tematizar a questão do racismo, mas o livro coloca os sonhos acima de tudo. É como eu sempre digo, para crianças pretas, jovens pretos: 'Olha, você tem dois desafios, o técnico e a barreira racial, mas é possível vencer. A gente só vai ter que ter essa consciência e, infelizmente, continuar lutando nessa dupla frente por um tempo'. Creio eu que, daqui a pouco, a gente só vai precisar ter iguais oportunidades para poder seguir em frente.

Em fevereiro o senhor lança mais um livro, fruto da sua tese de

doutorado na Universidade de São Paulo (USP). O que ele aborda?

Hermenêutica Cosmopolita é um livro que, para mim, é um sonho, resultado de um trabalho que eu acredito, que me realizou muito no âmbito acadêmico, no âmbito profissional, no âmbito social, no âmbito pessoal. É um livro em que eu trato da maneira como os juízes precisam interpretar as leis. E esses juízes precisam sempre levar em consideração que eles estão numa comunidade plural de intérpretes e que esse diálogo produz soluções muito efetivas, soluções que não produzem apagamentos, não produzem silenciamentos e que produzem, ao contrário disso, riquezas, presenças, produzem a vivência de um povo tão plural como o nosso. Então, a proposta do livro é para personagens do direito levarem em consideração que do Norte ao Sul deste país existem universos muito plurais, muito distintos e que, num texto de lei, se enxergar de forma fria, de forma extremamente técnica, a gente não vai conseguir fazer com que o Judiciário alcance esses lugares.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Projeto leva o debate antirracista às escolas

O racismo no banco dos réus

» MANNU LEONES
» JESSICA SOUSA*

"Como a gente devolve a humanidade a quem a humanidade foi tirada?". Esse foi o questionamento da diretora e roteirista da peça *O racismo no banco dos réus*, Ana Luiza Pinheiro, ao produzir o enredo e o projeto que leva o debate antirracista às escolas do Brasil. Na trama, inspirada em uma história real, a plateia acompanha o julgamento do personagem Francisco, o último homem negro escravizado

condenado à pena de morte no Brasil. Apesar de ocupar os assentos em frente ao palco do Teatro Mapati, os espectadores também são personagens importantes da história: o júri, responsável por decidir o destino do protagonista. De acordo com Ana Luiza, é necessário entender a escravidão para enxergar o que ela ainda deixou na sociedade e encontrar caminhos para combater o racismo, que ainda perdura. Ao levar a pauta para dentro das escolas, a peça enriquece a educação antirracista

e dá luz à necessidade de lutar por um país mais igualitário. William Costa, que interpreta o personagem Francisco, conta que é um desafio fazer um personagem que está em um lugar de resistência. "É uma oportunidade de vocalizar um grito por meio da arte", conta. Para o artista, o palco é um espaço seguro que permite que ele se expresse, sem sentir tanto medo de retaliações.

*Estagiária sob supervisão de Márcia Machado

Debate valoriza mulheres negras


Amanhã, às 14h, o **Correio Braziliense** promove o CB Debate "Histórias de Consciência: mulheres em movimento", evento gratuito que tem como objetivo valorizar o protagonismo de mulheres negras na construção cultural, social e econômica do Brasil. Fará parte do encontro a ministra da Cultura,

Margareth Menezes. Realizado no Mês da Consciência Negra, a programação parte do compromisso do jornal em ampliar discussões sobre representatividade, inclusão e memória histórica. Além da ministra, estão com presenças confirmadas Adriana Lima, fundadora do Sacoleiros de

Luxo, Ilka Teodoro, advogada e ex-administradora do Plano Piloto, Nathalia Paiva, diretora executiva do Mover, Naiara Leite, representante do Comitê Nacional da Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, Ana Flávia Magalhães, historiadora e professora na Universidade de Brasília

(UnB) e Dora Gomes, presidente do Instituto É Possível. O debate pretende dar destaque à trajetória de mulheres negras, que são invisibilizadas com frequência. A programação inclui painéis, nos quais o público terá a oportunidade de ouvir histórias, refletir e celebrar a força feminina

Serviço



CB Debate: Histórias de Consciência: mulheres em movimento
Data: 19 de novembro
Horário: a partir das 14h
Local: auditório do **Correio Braziliense**
Ingressos: pelo Sympla (retirada pelo QR Code)

negra em diferentes áreas da sociedade. A escolha da data do encontro, véspera do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência

Negra, ressalta a importância de valorizar a contribuição das pessoas negras como um todo para a sociedade brasileira.